

**ATA, 66.ª REUNIÃO,**  
**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO**  
**REALIZADA EM 5 DE FEVEREIRO DE 2024**

Aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, reuniu pelas vinte e uma horas, na Sala das Sessões dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal, tendo sido simultaneamente transmitida via *streaming* no sítio institucional do Município e nas instalações do edifício.

**Membros Eleitos da Assembleia Municipal presentes na Sessão:** Paulo Jorge Lopes Teixeira; José Agostinho de Sousa Pinto; Sebastião José Cabral Feyo de Azevedo; Miguel Botelho Gomes Barbosa; Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Ricardo Jorge Ferraz da Silva Brandão Meireles, em substituição de Fernanda Perpétua Rodrigues; Daniel Ramos da Silva Ferreira, em substituição de Miguel Almeida Côrte-Real Gomes; Mário Filipe Amorim Faria de Oliveira Lopes; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Maria Isabel Helbling Menéres Campos; Justino da Cruz dos Santos, em substituição de Marco Regis Lacomblez Leitão; Sílvia Lopes Soares; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Luís Artur Ribeiro Pereira; Madalena Cristina Von Hafe Garcia, em substituição de Rui Carlos Morais Lage; Fernando Pedro Mouta Monteiro; José Pedro Providência Santarém Anacoreta Correia; Inês de Freitas Branco, em substituição de Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Maria da Graça Sousa Raimundo de Azevedo Laranjeira Vaz; Rui Manuel Lourido Nóvoa; Manuel Cardoso Monteiro; Paulo Nuno de Carneiro Vieira de Castro; Pedro Schuller de Almeida e Graça Barbosa; José Jerónimo Macedo de Matos Fernandes, em substituição de Rui Pedro da Silva Afonso; Cândida Paula Oliveira Freitas da Silva Roseira; Ana Paula Pinto Coelho Lopes Lobo Cardoso, em substituição de Patrícia Filipa Moreira Teixeira; Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso, em substituição de João



Paulo Marques de Carvalho; José Manuel Pinto Varela; Alfredo dos Santos Fontinha; Tiago Francisco Mendes de Vasconcelos Lourenço, em substituição de Nuno Miguel Borges Alves Pereira; José Maria Gagliardini Graça da Silveira Montenegro; Elisabete Susana Vieira de Carvalho; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Helena Isabel da Silva Maia; Rodrigo Teodoro Passos; Tiago José Pires de Oliveira Martins, em substituição de Maria de Fátima Leite Ferreira da Silva.

**Membros Eleitos da Assembleia Municipal ausentes na Sessão:** Sofia da Costa Pimenta de Sá Azeredo, tendo, posteriormente, a ausência sido justificada.

**Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:** Junta de Freguesia do Bonfim, João Ricardo da Silva Lima Tavares de Aguiar; Junta de Freguesia de Campanhã, Paulo Jorge Pinto Ribeiro; Junta de Freguesia de Paranhos, Luís Miguel Seabra de Freitas; Junta de Freguesia de Ramalde, Patrícia Alexandra Rapazote Trindade e Dinis de Carvalho Escobar; União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Tiago Pedro de Sousa Mayan Gonçalves; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Nuno Filipe Teixeira da Cruz; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, José António da Silva Barradas, em substituição de Carla Sofia da Silva Soares Maia.

**Membros Eleitos da Câmara Municipal presentes na Sessão:** Rui de Carvalho de Araújo Moreira; Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo; Ana Catarina da Rocha Araújo; Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente; Albino Pedro Pereira Baganha; Fernando Paulo Ribeiro de Sousa; Catarina Maria da Costa Santos Cunha Pereira de Abreu; Tiago Barbosa Ribeiro; Maria do Rosário Gambôa Lopes de Carvalho; Mariana Ferreira Macedo; Alberto Amaro Guedes Machado; Maria Ilda da Costa Figueiredo; Maria Teresa Burnay Summavielle, em substituição de Sérgio Augusto Leite Aires.

**Às 21 horas**, foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes **41 Membros da Assembleia Municipal**.

**Verificando-se a existência de quórum**, o **Presidente da Assembleia Municipal**, Sebastião Feyo de Azevedo, **declarou aberta a Sessão**.

**– PERÍODO PRELIMINAR À ENTRADA DA ORDEM DO DIA –**

n.º 5, art.º 38.º do Regimento

- 1. Aprovação da Ata da 62.ª reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 11 de dezembro de 2023 (continuação da Sessão Extraordinária iniciada no dia 4 de dezembro de 2023).**

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes 11 de dezembro de 2023 (continuação da Sessão Extraordinária iniciada no dia 4 de dezembro de 2023). Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 62.ª reunião.

- 2. Aprovação da Ata da 63.ª reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 11 de dezembro de 2023.**

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 11 de dezembro de 2023. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 63.ª reunião.

- 3. Aprovação da Ata da 64.ª reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 8 de janeiro de 2024.**

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 8 de janeiro de 2024. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 64.ª reunião.

**Entrou na Sala Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM.**

**– PERÍODO DA ORDEM DO DIA –**

art.º 40.º do Regimento

(Convocatória expedida em 29 de janeiro de 2024

e Ordem de Trabalhos expedida em 31 de janeiro de 2024)

- 1. Audição do Secretariado Executivo Metropolitano, nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.**

**O Presidente da Assembleia Municipal**, Sebastião Feyo de Azevedo, **agradeceu a presença** de Ariana Pinho, Primeira Secretária do Conselho Executivo Metropolitano do Porto e dos Secretários Metropolitanos Ana Amorim, Miguel Oliveira e Tiago de Sá Carneiro **e cedeu a palavra a Ariana Pinho** para uma intervenção inicial.

**Ariana Pinho, Primeira Secretária do Conselho Executivo Metropolitano do Porto**, agradeceu a oportunidade dada à Comissão Executiva Metropolitana de estar presente na presente Sessão da Assembleia Municipal do Porto e prestar contas das suas atividades.

Falou sobre o Relatório de Atividades relativo ao período 2021-2023, fazendo um enquadramento da estrutura da AMP – Área Metropolitana do Porto, dos seus Recursos Humanos e da distribuição de tarefas pelas diferentes áreas de atuação e competência.

Descreveu os vários programas, atividades e candidaturas a fundos sob a responsabilidade da AMP, muitas vezes desenvolvidos em colaboração com os Municípios e outros parceiros, dando exemplos concretos.

Falou sobre os projetos na área do ambiente, como o projeto de controlo da população de gaivotas, o desenvolvimento de ações de sensibilização para um correto consumo da água pelos privados ou entidades públicas, ou os programas relacionados com a recolha de bio resíduos, apresentando dados de implementação e metas de concretização.

Falou depois sobre mobilidade e as complexidades e litigâncias verificadas em todo o processo de implementação da rede Unir.

Referindo ter alocada uma equipa de cinco pessoas à área da mobilidade, disse que, ainda assim, foi possível desenvolver uma nova Plataforma de Gestão dos Transportes bem como novos modelos financeiros para os passes de transporte, frisando a dificuldade existente em gerir um contrato de 350 milhões de euros com uma equipa tão reduzida.

Relativamente ao Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas, explicou que estava uma equipa de quatro pessoas dedicada ao programa e deu dados sobre a concretização do mesmo.

Remeteu mais informação sobre os Fundos Comunitários para o Relatório de Atividades enviado à Assembleia, realçando novamente a dificuldade verificada em gerir os prazos tão exigentes destes programas com equipas tão reduzidas como aquelas de que a AMP dispõe.

Falou depois sobre os programas desenvolvidos no âmbito do turismo, dando exemplos e terminou a sua intervenção.

**Agostinho Sousa Pinto, Líder do Grupo Municipal PS,** agradeceu a apresentação feita pela Primeira Secretária da Comissão Executiva Metropolitana e o Relatório de Atividades disponibilizado.

✓  
A  
Reconheceu os desafios enfrentados por um organismo como a AMP, que agrega os interesses e prioridades de 17 Municípios, em toda a sua dimensão e heterogeneidade. Apontou alguns dos pontos de atuação da AMP que considerou serem os mais relevantes na sua atividade, entre os quais a criação da Empresa Metropolitana de Transportes. Referindo que, tendo sido recebida a informação de que esta internalizará os atuais trabalhadores da atual AMP, pediu à Primeira Secretária da Comissão Executiva Metropolitana que confirmasse esta informação e indicasse também qual será o calendário de implementação da nova empresa.

Falou depois sobre o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência e as verbas alocadas à AMP para desenvolvimento de programas dedicados às comunidades mais desfavorecidas, deixando uma questão sobre os atrasos verificados no plano de ação e na aplicação dos fundos.

Referindo-se ao Conselho Consultivo Estratégico que está a ser criado, nomeadamente para a área da Educação, realçou a sua importância na identificação de estratégias e no desenvolvimento de parcerias e candidaturas a fundos com outras entidades e atores regionais.

Terminou, falando sobre as obras que irão ser realizadas no Coliseu do Porto e afirmando que este é um exemplo da utilidade de uma Área Metropolitana, como mediadora e potenciadora de convergências dos diferentes interesses e opiniões, em prol dos territórios.

**Nuno Cruz, Presidente da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória,** colocou duas questões relacionadas com a criação de parques de estacionamento junto às estações de comboio e metro e com a criação de novas salas de consumo assistido por parte de outros Municípios pertencentes à AMP.

**Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN,** agradeceu a apresentação feita pela Primeira Secretária da Comissão Executiva Metropolitana e deixou uma questão sobre o Plano Metropolitano para a Poupança da Água, nomeadamente sobre as águas pluviais.

Saudou as ações de educação e sensibilização desenvolvidas pela AMP junto das escolas e deixou também uma questão sobre o Plano de Mobilidade, a sua articulação com os Municípios e os problemas reportados.

**Ariana Pinho, Primeira Secretária do Conselho Executivo Metropolitano do Porto,** referindo-se à Empresa Metropolitana, disse que tinha sido recebido um pedido de esclarecimento pelo Tribunal de Contas que estava em fase de resposta e confirmou que os trabalhadores da AMP seriam transferidos para a nova empresa.

Falou sobre a taxa de execução do PRR, explicando que a concretização era semelhante entre todos os Municípios da AMP e informou que estava a ser estudada uma proposta de alteração ao plano de execução.

Disse que a criação do Conselho Consultivo era ainda muito recente, mas que pensava que iria permitir a partilha de visões e conhecimento entre todas as partes.

Respondeu à questão sobre os parques de estacionamento, dizendo que não estava dentro das competências da AMP mas sim dos Municípios, e à questão sobre as salas de consumo assistido, dizendo que não estava prevista, no momento, nenhuma ação nesse âmbito.

Acrescentou algumas informações sobre o Protocolo da Água, falou sobre a estratégia da AMP para as alterações climáticas e também sobre as candidaturas na área da mobilidade sustentável nas quais a AMP irá trabalhar.

**Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE,** cumprimentou a Comissão Executiva Metropolitana e agradeceu a apresentação efetuada.

Enquadrando historicamente a criação das Áreas Metropolitanas, saudou a realização da presente audição, ainda que a classificasse como tardia e com um tempo que considerou reduzido para a discussão de todas as questões que julga ser necessário ver respondidas.

Perguntou se seria possível disponibilizar os relatórios com a informação financeira da AMP, colocando depois algumas questões sobre as verbas atribuídas à mesma pelo Orçamento de Estado.

Pediu informação adicional sobre os Conselhos Metropolitanos e sobre o acompanhamento feito pela AMP à transferência de competências do Estado para as Autarquias.

Sugeriu que fossem feitos estudos, a nível metropolitano, sobre dependências e sobre necessidades de habitação.

Sugeriu também que fosse criada uma plataforma dedicada à mobilidade pendular, onde os utilizadores pudessem ter uma participação ativa na comunicação dos problemas experienciados com a rede de transportes e terminou a sua intervenção.

**Tiago Mayan, Presidente da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde,** solicitou informação adicional sobre o projeto de controlo de gaivotas, que considerou ser um programa muito importante para o território abrangido pela União de Freguesias a que preside, e colocou uma questão sobre o ponto de situação do projeto metropolitano para a Circunvalação.

**Ariana Pinho, Primeira Secretária do Conselho Executivo Metropolitano do Porto,** disse que o Relatório de Contas seria enviado para a Assembleia Municipal e prestou informação mais detalhada sobre o modelo de financiamento da AMP.

Explicou o processo de avaliação da transferência de competências e o seu ponto de situação.

Confirmou que a plataforma de monitorização dos transportes públicos fornecerá informação variada aos seus utilizadores e justificou o facto de a mesma ainda não estar totalmente operacional por não estar ainda estabilizada a rede de transportes em todos os Municípios.

Informou que o projeto de controlo das gaivotas tinha sido interrompido por causa da pandemia e pela falta de técnicos, mas que iria avançar no presente ano, durante a época de colocação de ovos.

Referindo-se à Circunvalação, disse que tinham sido implementadas apenas pequenas ações, mas que o projeto seria repescado brevemente, em conjunto com os Municípios envolvidos.

**Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE,** perguntou se a plataforma seria apenas para prestação de informação ou se estaria apta a receber sugestões ou reclamações por parte dos utilizadores.

**Ariana Pinho, Primeira Secretária do Conselho Executivo Metropolitano do Porto,** informou que já existia um sítio na Internet dedicado a receber reclamações e sugestões dos utilizadores da rede Unir.

**Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU,** lembrou que o objetivo da criação das Áreas Metropolitanas tinha sido de servir de embrião à Regionalização, projeto esse que falhou e atuou, até, como um travão à mesma.

Reconhecendo o esforço desenvolvido pela equipa da AMP, disse que muitas vezes são sobrepostos os interesses individuais dos Municípios em detrimento dos da coletividade dos territórios integrados na Área Metropolitana.

Responsabilizou alguns partidos políticos e a própria estrutura executiva da AMP pelas deficiências verificadas na sua gestão.

Lamentou que a falta de recursos humanos, em número e competência técnica, não permitisse uma correta implementação dos projetos da AMP.

Afirmou que a falta de coesão entre os Membros não permite uma verdadeira dimensão estratégica metropolitana nas políticas definidas.

Criticando o número de queixas recebidas sobre a rede Unir, disse que demonstram falhas no desenho da rede e perguntou como tinha sido decidido este desenho.

**Ariana Pinho, Primeira Secretária do Conselho Executivo Metropolitano do Porto,** respondeu, dizendo que, tendo sido o desenho definido em conjunto com os Municípios já em 2017 e o concurso apresentado em 2020, era normal existirem algumas desconquias à realidade, que estão a ser trabalhadas.

Disse também que, sendo este um dos maiores contratos algumas vezes implementados, tinham surgido dúvidas e dificuldades jurídicas e técnicas na sua construção, por não haver enquadramento no qual se pudessem suportar.

Justificando que a data de entrada em operação da rede em tempo recorde tinha também causado alguns constrangimentos, afirmou que estavam atualmente a ser resolvidos pelas partes interessadas, terminando a sua intervenção.

## **2. Deliberação sobre a Desvinculação do Município do Porto da AMI – Associação Museu da Imprensa.**

NUD/18654/2024/CMP

**Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN,** demonstrou preocupação sobre o desaparecimento do Museu Nacional da Imprensa, um dos poucos museus nacionais sediados na cidade do Porto e considerado um dos melhores do mundo nesta área temática.

Perguntou que utilização seria dada ao terreno onde o museu está atualmente implantado e se estaria a ser contemplada a hipótese de se dar uma nova vida ao Museu da Imprensa, sob a alçada da Cultura do Porto.

**Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU,** afirmou que a saída da Associação Museu da Imprensa era precipitada e que não estavam esgotadas todas as possibilidades de levar a bom porto um museu tão importante para a cidade do Porto.

Falou sobre a sua atividade e número de visitantes e desvalorizou alguns dos motivos que justificaram o seu encerramento.

Disse que a saída do Município do Porto da Associação poderia condicionar tomadas de decisão sobre o terreno, bem como pôr em risco a preservação do espólio do museu, e pediu moderação na interação com os outros associados para que se tentasse resolver os problemas existentes de outra forma.

**O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira,** discordou de parte da intervenção anterior, esclarecendo o cronograma dos acontecimentos e descrevendo os factos que levaram à tomada desta decisão de saída.

Disse que tinham sido convidadas várias entidades académicas e públicas a entrar para a Associação, numa tentativa de revitalizar a mesma, o que não tinha acontecido por dificuldades colocadas por alguns grupos de interesse.

Informou que tinha sido proposta a instalação naquele local de um centro de comunicação social, mas que, favorecendo a mesma um grupo económico específico, tinha sido rejeitada pelo Município por não poder compactuar com tal situação.

Disse também que os problemas de segurança que levaram ao encerramento do espaço eram relevantes e tinham sido apurados numa auditoria dos bombeiros.

Explicou que, de forma a manter a legalidade e integridade do Museu da Imprensa, tinha sido pedida a marcação de uma Assembleia Geral para extinguir a Associação do Museu,

propondo-se a Câmara Municipal do Porto a assumir o projeto e os trabalhadores do museu.

Explicou também que, tendo sido a convocação desta Assembleia Geral alvo de uma providência cautelar por parte de um dos associados, a mesma não pôde ser contestada, uma vez que a Associação não dispõe das verbas necessárias para contestar a ação, inviabilizando-se, assim, a proposta da Câmara.

Afirmando que não convidaria ninguém, sob responsabilidade pessoal e criminal, para fazer parte dos Corpos Sociais de uma Associação que se encontra em flagrante incumprimento, demonstrado por auditoria externa, defendeu que o melhor era sair da Associação.

Respondendo depois ao Líder do Grupo Municipal PAN, confirmou que era do interesse da Câmara defender a existência do Museu e terminou a sua intervenção.

**Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE,** colocou algumas questões relacionadas com os problemas de segurança verificados no espaço do museu e com as dívidas registadas em nome da Associação.

Perguntou também se haveria algum enquadramento jurídico que impedisse que a providência cautelar fosse contestada por apenas um associado em lugar da Associação no seu todo.

**O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira,** respondeu que a providência só poderia ser contestada pela Associação ou todos os associados em conjunto.

Esclareceu depois que a decisão de encerramento do museu por motivos de segurança foi da Assembleia Geral e não da Direção da Associação, presidida pela Câmara Municipal do Porto.

Disse que, até ao momento da saída da Câmara Municipal do Porto da Direção os salários estavam em dia e estavam a ser estudadas boas propostas para reorganização e valorização do espaço que, tendo sido rejeitadas por alguns associados, inviabilizaram o projeto e o futuro da Associação.

Disse também que, o projeto alternativo que tinha sido proposto era inaceitável por pretender transformar o espaço na sede de um grupo de comunicação social privado, por ajuste direto, e em violação das regras de transparência.

Afirmou que a Câmara reclamaria o que era seu por direito e que tentaria reativar o Museu da Imprensa sob a alçada do Município.

Confirmou que o Governo, o Ministério da Cultura e os seus representantes estavam a par de todo este processo.

**Ricardo Meireles, Membro do Grupo Municipal PS,** fez um enquadramento histórico da criação do Museu da Imprensa e realçou a importância da sua existência.

Lamentou que o número de visitantes tivesse decaído nos últimos anos para cerca de dois mil visitantes por ano.

Lamentou também o montante de dívidas contraídas, os problemas na gestão da Associação e as questões de segurança verificadas.

Fez um resumo das propostas que a Câmara Municipal do Porto apresentou ao longo do tempo para tentar viabilizar o Museu.

Defendeu a existência de um novo Museu da Imprensa que contenha uma programação demonstrativa da sua importância e que reabilite o espaço e terminou a sua intervenção.

**Sílvia Soares, Membro do Grupo Municipal PSD,** disse que a Associação do Museu de Imprensa tinha abandonado a sua missão.

Lamentou o atual estado do Museu da Imprensa e o boicote que a Associação tem feito às propostas da Câmara Municipal do Porto, motivos que levavam o Grupo Municipal PSD a apoiar a proposta de saída.



Manifestou depois a certeza de que o Município iria assegurar a salvaguarda do espólio do museu e dos seus trabalhadores através da criação de um futuro Museu da Imprensa.

**Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE,** disse que manteriam o voto contra já expresso em Reunião de Executivo, por discordarem da solução encontrada, preferindo que tivessem sido encetados mais esforços para resolver as questões mencionadas.

Disse depois que um novo museu, a surgir, seria um novo museu e não aquele que existia e que devia ser preservado como um importante instrumento da história da liberdade em Portugal.

**Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM,** enquadrou este processo entre a Câmara Municipal do Porto e a Associação do Museu da Imprensa no tempo, dirigindo-se a Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, para afirmar que tinham sido esgotadas todas as soluções possíveis para a Câmara se manter na Associação.

Mostrou espanto com o número de visitantes do museu nos últimos anos e pela tentativa de interesses privados se sobreporem ao interesse público, situação com a qual a Câmara não pode compactuar. Terminou a intervenção, apoiando a proposta apresentada.

**Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU,** desvalorizou o passivo do Museu da Imprensa e deixou dúvidas relativamente à gravidade das questões de segurança apontadas pelos bombeiros, que levaram ao encerramento do museu.

Disse que o encerramento tinha agravado, ainda mais, as contas do museu por não ter sido arrecadada qualquer receita desde então.

Deixou um pedido de garantia por parte do Executivo de que o espólio do museu seria conservado.

**Deliberação:** Aprovado, por maioria, com 39 votos a favor (19 RM + 9 PS + 9 PSD + 1 PAN + 1 CH) e 6 votos contra (3 CDU + 3 BE).

**Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE,** apresentou a seguinte declaração de voto oral:

“O Bloco de Esquerda votou contra esta proposta porque entendemos que é precisamente pelo interesse público, que representa tudo aquilo de que falamos, quando falamos da Associação e do Museu Nacional da Imprensa, que o Município se deve manter na Associação.

É que, saindo da Associação, o interesse privado que aqui foi falado, aí sim, vai tomar conta da Associação.

A saída, sim, é a capitulação perante interesses privados.

Estamos a deitar fora o bebé com a água do banho e o Bloco de Esquerda não acompanha.”

**O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, informou que,** conforme acordado em reunião da Comissão Consultiva de Apoio à Mesa, **os pontos n.ºs 3 e 4 seriam discutidos em conjunto e votados em separado.**

- 3. Deliberação sobre Desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal - gaveto da Rua Nove de Abril com a Rua Nova do Regado.**

NUD/7771/2024/CMP

- 4. Deliberação sobre Desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal - Pátio do Bonjardim.**

NUD/44130/2024/CMP

**Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN,** resumiu as propostas em deliberação, dizendo que tinham sido consultadas as entidades competentes, cumpridos os prazos e sido recebidos pareceres favoráveis, não tendo havido qualquer oposição à desafetação das parcelas.

Informou que seriam ambas votadas favoravelmente.

**Alfredo Fontinha, Membro do Grupo Municipal PS,** enquadró as propostas apresentadas.

Disse que a desafetação da parcela da Rua Nove de Abril iria permitir o melhoramento do local.

Pedió que fosse levada em conta a recomendação feita pela E-Redes relativamente a essa mesma parcela.

Terminou a sua intervenção, informando do voto favorável a ambas as propostas.

**José Manuel Varela, Membro do Grupo Municipal CDU,** fez um resumo de ambas as propostas, não levantando qualquer objeção e dizendo que resolveriam positivamente a ordenação do espaço público, pelo que seriam ambas votadas favoravelmente.

**Manuel Monteiro, Membro do Grupo Municipal PSD,** descreveu as propostas em discussão, analisou os considerandos e informou que seriam votadas favoravelmente.

**José Maria Montenegro, Membro do Grupo Municipal RM,** considerou que este tipo de desafetações eram uma oportunidade para rearranjar e melhorar os espaços públicos, pelo que teriam o apoio do Grupo Municipal RM.

**Deliberação Ponto 3:** Aprovada, por unanimidade.

**Deliberação Ponto 4:** Aprovada, por unanimidade.

**5. Deliberação sobre o Aditamento n.º 1 ao Contrato Mandato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e infraestruturas - 2024-2026 celebrado a CMPH – Domus Social – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M.**

NUD/44582/2024/CMP

O **Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira**, prestou um esclarecimento sobre o objetivo da presente deliberação, dizendo que tentava resolver um problema recorrente nas habitações sociais municipais que se situam em blocos habitacionais partilhados com imóveis privados.

**Maria da Graça Vaz, Membro do Grupo Municipal PS**, disse que o PS não pretendia ser um bloqueio à aprovação de alterações que permitem um melhor funcionamento da Domus Social, pelo que a proposta seria votada favoravelmente.

**Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN**, saudou a apresentação da proposta, informou que seria votada favoravelmente e terminou a sua intervenção.

**Elisabete Carvalho, Membro do Grupo Municipal BE**, analisou os considerandos da proposta e disse que o Bloco de Esquerda sempre tinha procurado chamar a atenção para a necessidade de uma manutenção adequada dos edifícios de habitação social. Criticou decisões tomadas no passado por Executivos Municipais e pelo IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, de vender, a privados, casas em bairros de habitação social.

Informando que a proposta seria votada favoravelmente, perguntou se poderia ser partilhada informação adicional sobre o Bairro do Bom Sucesso.

**O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira,** informou que o projeto de manutenção do Bairro do Bom Sucesso ainda estava em fase de lançamento de concurso para a empreitada, mas que os valores envolvidos rondariam os seis milhões de euros.

Afirmou que o Executivo ao qual preside nunca vendeu habitações sociais e defendeu que o IHRU devia reconsiderar essa política de venda por considerar que, muitas vezes, quem compra não tem possibilidades financeiras de, no futuro, comportar obras de reabilitação.

**José Manuel Varela, Membro do Grupo Municipal CDU,** disse que a proposta em deliberação tentava resolver obstáculos verificados na realização de obras em imóveis com propriedade partilhada municipal e privada.

Perguntou qual seria o número de condomínios em que existe propriedade partilhada e como é que tem sido feita a gestão dos mesmos.

Informou que votariam a proposta favoravelmente.

**O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira,** deu nota de que existe propriedade partilhada nos Bairros do Bom Sucesso, Condominhas, Bessa Leite e numa das Torres de Santa Luzia e que em todos, à exceção de Bessa Leite, havia uma gestão privada do condomínio.

Disse depois que, apesar de tudo, a falta de oferta de habitação social municipal na cidade do Porto não era tão grave como noutras cidades.

Deu também nota de que não havia informação clara e suficiente sobre a lista de espera para as casas do IHRU no Porto, o que seria importante, terminando a sua intervenção.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade.

## – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS –

art.º 41.º do Regimento

**A cidadã Mónica Pinto** falou sobre um processo de pedido de habitação social para a Freguesia de Paranhos que tem em curso e que não tem sido atendido, com a justificação de que não existem casas com a tipologia pretendida nessa freguesia.

Disse que as casas que lhe têm sido propostas ficam noutras freguesias e longe do seu apoio familiar o que, enquanto mãe solteira e sem transporte próprio, tornaria impossível a gestão dos horários escolares.

Informou que tem vivido numa casa emprestada que será vendida brevemente e não sabe para onde poderá ir.

**O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo e Azevedo,** informou que daria conhecimento desta intervenção aos serviços camarários.

**O cidadão António Pouzada** disse que já tinha feito uma intervenção anterior na Assembleia Municipal, lamentando não ter tido nenhuma resposta a uma proposta feita na altura sobre o custo dos registos dos jazigos, que considera ser exagerado e desproporcionado.

Expôs uma situação que ocorre num imóvel do qual é proprietário, em que a folhagem da vegetação existente no terreno contíguo, que está sob gestão camarária, tem causado situações de entupimento das caleiras com prejuízos materiais nas habitações.

Deixou algumas sugestões sobre programas de apoio ao arrendamento e terminou a sua intervenção.

**O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo e Azevedo,** informou que daria conhecimento desta intervenção aos serviços camarários.

O cidadão **Paulo Silva**, inscrito para intervir, ausentou-se da **Sessão**.

**Minuta da Ata** lida no termo da Sessão e **aprovada, por unanimidade**.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, Sebastião Feyo de Azevedo, **encerrou os trabalhos da Sessão**, eram 23h53.

O Presidente da Assembleia Municipal



Sebastião Feyo de Azevedo

A Primeira Secretária



Isabel Menéres Campos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

**Assunto: Aprovação da Ata da 66.<sup>a</sup> reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 05 de fevereiro de 2024.**

**Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 05 de fevereiro de 2024. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 66.<sup>a</sup> reunião.**

**Deliberada em Sessão Ordinária de 19 de fevereiro de 2024.**

**O Presidente**

**Sebastião Feyo de Azevedo**

**A 1.<sup>a</sup> Secretária**

**Isabel Menéres Campos**

|

**A 2.<sup>a</sup> Secretária**

**Carla Leitão**